

A educação antirracista: contribuições para a área de matemática

ARTIGO

Bruno Rocha Lopesⁱ

Universidade Estadual de Feira de Santana, BA, Brasil

Kauan Rebouças Gomes Goncalvesⁱⁱ

Universidade Estadual de Feira de Santana, BA, Brasil

Wériton de Souza Lôboⁱⁱⁱ

Universidade Estadual de Feira de Santana, BA, Brasil

1

Resumo

Este artigo tem como objetivo mapear teses e dissertações que versam sobre as Relações Étnico-Raciais, em uma perspectiva educacional antirracista, com foco na área de Matemática. A coleta de dados foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, utilizamos o termo “Relações Étnico-Raciais” AND “Matemática”, filtrando as pesquisas, no período de 2016 a 2025; grande área do conhecimento: multidisciplinar; e área do conhecimento: ensino de ciências e matemática. Seguindo os critérios estabelecidos, foram selecionadas 12 dissertações e 1 tese que tiveram seus dados analisados, pautando-se no Mapeamento da Pesquisa Educacional. Como resultados, a análise demonstra a relevância das Relações Étnico-Raciais no campo da Educação Matemática, destacando a importância de uma abordagem antirracista no ensino das Ciências Exatas. As pesquisas selecionadas revelam que os educadores podem promover uma educação mais inclusiva e significativa, que reconhece e valoriza a diversidade cultural dos estudantes.

Palavras-chave: Justiça Social. Educação Matemática. Lei 10639/2003.

Anti-racist education: contributions to the field of Mathematics

Abstract

This article aims to map theses and dissertations that address Ethnic-Racial Relations from an anti-racist educational perspective, focusing on the field of Mathematics. Data collection was carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). We used the terms “Ethnic-Racial Relations” AND “Mathematics,” filtering research from 2016 to 2025, within the broad area of knowledge: multidisciplinary, and the area of knowledge: science and mathematics education. Following the established criteria, 12 dissertations and 1 thesis were selected, and their data were analyzed based on the Mapping of Educational Research. As a result, the analysis demonstrates the relevance of Ethnic-Racial Relations in the field of Mathematics Education, highlighting the importance of an anti-racist approach in the teaching of Exact Sciences. The selected research reveals that educators can promote a more inclusive and meaningful education that recognizes and values the cultural diversity of students.

Keywords: Social Justice. Mathematics Education. Law 10639/2003.

1 Introdução

2

O Brasil é um país que foi colonizado por europeus, logo, a educação presente no território brasileiro privilegia a estrutura da branquitude e omite a história e cultura dos povos originários, afro-brasileiros e africanos que, segundo o *site* do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2022, totalizaram cerca de 56,1% da população brasileira.

As Relações Étnico-Raciais têm se tornado um tema cada vez mais central nos debates sociais, principalmente quando se trata de questões relacionadas à igualdade, diversidade, discriminação e inclusão. É impossível falar sobre Relações Étnico-Raciais e não citar a importância dos movimentos sociais, mais especificamente o movimento negro. De acordo com Gomes (2005),

[...] é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos (Gomes, 2005, p. 39).

Desde que foi criado, o movimento somou algumas conquistas que são fundamentais na busca pela igualdade.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo mapear teses e dissertações que versam sobre as Relações Étnico-Raciais, em uma visão educacional antirracista, com foco na área de Matemática, conforme será mostrado na seção Metodologia. Antes, serão elencados conceitos e termos imprescindíveis para contemplar um entendimento preciso acerca das Relações Étnico-Raciais, temática que nos últimos anos vem ganhando força em muitos debates e discussões.

2 Relações étnico-raciais



Para compreender plenamente as Relações Étnico-Raciais no Brasil, é essencial, antes de tudo, reconhecer a importância histórica da luta do movimento negro, que, desde o período escravagista, resiste às violências e às desigualdades impostas por um sistema marcado pelo racismo e pela exclusão. Conquistas simbólicas e políticas, como o reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional, são resultado de uma trajetória construída com base na resistência, na organização e na formulação de demandas por uma sociedade mais justa e igualitária (Brasil, 2020). Essa luta histórica contribuiu diretamente para avanços significativos, como a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo escolar (Brasil, 2003).

Tal legislação marca um passo importante no enfrentamento ao racismo estrutural e na promoção de uma educação antirracista que valorize a diversidade étnico-racial e que promova uma reflexão crítica sobre as desigualdades que ainda persistem. A Lei nº 10.639/2003 não trata apenas de conteúdos a serem ensinados, mas propõe uma mudança estrutural na forma como a educação brasileira lida com as questões étnico-raciais. Suas categorias centrais, como educação antirracista, currículo escolar, formação docente, valorização da cultura afro-brasileira, reconhecimento da diversidade, direitos humanos, cidadania e reparação histórica são fundamentais para pensar políticas educacionais mais justas e inclusivas.

As Relações Étnico-Raciais são como um “grande mosaico” que refletem a complexidade das interações entre diferentes grupos humanos, cada um carregando sua própria história, cultura, ancestralidade e identidade. É nessa perspectiva que encontramos questões profundas de poder, discriminação, desigualdade, equidade e justiça social, que, desde “os tempos coloniais até os dias atuais, essas relações moldam a vida das pessoas, influenciando oportunidades, acesso a recursos e até mesmo a maneira como nos vemos e nos relacionamos uns com os outros” (Davis, 2018, p. 45).

Existem alguns termos e conceitos que precisam ser destacados, como no caso da raça, que é um conceito complexo, e, na área da Biologia, é utilizado, comumente, com

o significado de variedade dentro de uma espécie. No entanto, quando analisado no contexto das relações sociopolíticas, a raça refere-se às características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz, que impactam as experiências sociais das pessoas. Para Fineto (2023, p. 20), “a raça é a base do racismo, ou seja, utiliza-se das “raças humanas” para justificar atitudes obscenas, como por exemplo, a justificativa da escravidão, onde tinha como base a raça superior e raça inferior.”

O racismo é a crença de superioridade de uma raça sobre outra. Podemos exemplificar que o conceito de raça só existe porque o racismo existe e, assim, o racismo é quem cria a divisão por raças. Mas existe raça humana? Para responder a essa pergunta, Xavier (2023) explica que, segundo estudos mais modernos, a raça humana é única e que suas diferenças são apenas adaptação. Para essa autora, “os estudos genéticos modernos mostraram que não há, cientificamente e biologicamente, raças humanas, apesar de no passado ter sido um conceito defendido por pesquisadores e cientistas” (Xavier, 2023, p. 18).

É interessante como as palavras que usamos podem carregar tanto peso e significado. Às vezes, as pessoas têm uma espécie de hesitação em usar o termo “negro”, como se houvesse algo errado com ele, quando, na verdade, é uma descrição simples e direta. O que pode acontecer é que, ao invés de reconhecer a cor da pele de alguém de maneira neutra, as pessoas acabam optando por palavras como “moreno(a)” ou “mulato(a)” como uma forma de suavizar ou até mesmo evitar a palavra “negro”. Dito isso, o racismo estrutural acontece de uma forma “inocente”, é algo histórico, social e político, que está implementado, inconscientemente, na sociedade brasileira. É fundamental lembrar que chamar alguém de “negro” não é um insulto, mas sim uma característica neutra e intrínseca de sua identidade. Ao nos acostumarmos a usar essa palavra de maneira natural e respeitosa, estamos reconhecendo a diversidade e a riqueza das experiências humanas, além de contribuirmos para a desconstrução de estereótipos e preconceitos (Palazzi, 2023; Xavier, 2023).

Um dos termos mais complexos e, frequentemente, mal compreendidos no contexto do racismo é o preconceito, que, muitas vezes, apresenta-se de forma sutil e disfarçada. Mas, primeiramente, precisamos conhecê-lo. O que é o preconceito?

Segundo Gomes (2005):

5

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (Gomes, 2005, p. 54).

Com base no seu significado, os motivos por trás do preconceito são tão intrincados quanto a própria vida. Vêm de todos os cantos, desde a base familiar até um sistema social e político, da experiência humana, misturando-se e moldando-se em um emaranhado complexo de influências. Imagine uma teia onde cada fio representa uma peça do quebra-cabeça, que é o preconceito: a família, a cultura, a educação, até mesmo as histórias que nos contam. Todos esses fios se entrelaçam, criando padrões que se repetem e se reforçam ao longo do tempo. Gomes (2005, p. 54) destaca que “o preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa.” Assim como o preconceito, o racismo estrutural também envolve injustiças e ambos contribuem para a desigualdade e a marginalização de grupos raciais. O racismo possui um caráter estrutural, sendo parte fundamental da construção econômica e política da sociedade (Almeida, 2019).

O racismo estrutural vai além de atos individuais, manifestando-se nas próprias bases da sociedade, como um sistema de opressão que perpetua desigualdades. Sua natureza institucional revela como estruturas econômicas e políticas foram, historicamente, moldadas para privilegiar certos grupos, criando assimetrias de poder duradouras. Essa compreensão desmonta a ideia de “racismo reverso”, pois evidencia que a opressão racial requer um aparato de dominação consolidado, do qual grupos marginalizados não dispõem.

Vale salientar sobre a ideia de que pessoas negras não podem ser consideradas racistas, pois, como não existe racismo reverso, ou seja, um grupo social historicamente oprimido não pode reproduzir ações racistas contra outro grupo que sempre esteve em posição de privilégio. Logo, apenas pessoas brancas podem ser apontadas como racistas (Kilomba, 2019).

6

Entretanto, é importante reconhecer que o racismo pode se manifestar por meio de atitudes discriminatórias e preconceituosas. Dito isso, pessoas negras podem, sim, reproduzir comportamentos e falas racistas no cotidiano, mesmo que não exista racismo reverso e que não detenham o poder estrutural da branquitude, termo que será abordado adiante. Dessa forma, a internalização de ideologias racistas por parte da população negra é resultado da influência do racismo estrutural presente em nosso país (Kilomba, 2019).

A branquitude é uma estrutura sistemática, social e cultural que confere privilégios e poder a um determinado grupo que compactua com a opressão social. Logo, não há problema em ser branco, mas sim em se apropriar dos seus privilégios, desvalorizando outras identidades raciais e cometendo atos racistas. Sobre esse assunto, Bento (2003) enfatiza que:

Eles reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes (Bento, 2003, p. 3).

Essa narrativa, tão convenientemente construída, permite que a branquitude se sinta na necessidade de mudança ou reparação. Ao separar a desigualdade racial da discriminação presente e ao relegar os efeitos do racismo ao passado, cria-se um ciclo de perpetuação dessas desigualdades.

Essa postura reforça a ideia de que a responsabilidade pela condição atual da população negra recai apenas sobre as circunstâncias históricas, e não sobre as estruturas sociais, políticas e econômicas que continuam a privilegiar a branquitude. Isso é uma forma de negar a continuidade do racismo e, consequentemente, de evitar o desconforto que a reflexão sobre o próprio privilégio pode causar. De acordo com Santana

e Castro (2022, p. 84), as “dificuldades de alcançar a equidade no Brasil podem ser mais complexas por serem menos exploradas”. Assim, a branquitude se mantém intacta, sem fissuras, protegida por uma lógica que a absolve de culpas e a exime de compromissos com a equidade.

7

No entanto, ao negar essa associação entre as desigualdades raciais e a discriminação, perpetua-se uma invisibilização do racismo estrutural. A branquitude, nesse contexto, opera como uma cegueira seletiva que permite o conforto na manutenção de uma falsa neutralidade. É como se a história e suas consequências fossem tratadas como uma narrativa congelada, descontextualizada do presente, o que impede a sociedade de reconhecer que o racismo não é apenas uma herança histórica, mas uma realidade viva, moldada e reforçada diariamente.

Essa desconexão deliberada não só preserva o *status quo*, mas também impede que as ações afirmativas e políticas de reparação sejam vistas como necessárias e urgentes. Enquanto o racismo for tratado como um fantasma do passado, as oportunidades de mudanças reais continuarão sendo negligenciadas, e as desigualdades, perpetuadas. Para que haja transformação, é preciso que a branquitude reconheça seu papel ativo na manutenção dessas desigualdades e se disponha a confrontar as estruturas que sustentam o racismo em nossa sociedade.

No contexto brasileiro, o uso dos termos “preto” e “pardo” vai além de simples classificações de cor de pele, envolve também questões de identidade e ancestralidade. A distinção entre pretos e pardos em relação ao acesso a benefícios sociais e outros direitos importantes (ou até mesmo na negação desses direitos) é tão pequena em termos estatísticos que podemos agrupá-los em uma única categoria: a de negros. Isso porque o racismo no Brasil não se diferencia de forma relevante entre pretos e pardos, ao contrário do que muitas pessoas acreditam (Santos, 2002).

O termo “preto” é utilizado para descrever indivíduos com pele retinta, ou seja, mais escura. Essas pessoas, geralmente, apresentam características fenotípicas, como a cor da pele, formato do nariz, textura do cabelo e outros traços físicos, que são diretamente

associados aos seus ancestrais africanos. Historicamente, esses traços têm sido um marcador importante na construção da identidade negra no Brasil.

Por outro lado, o termo “pardo” abrange uma diversidade maior de fenótipos. Pessoas pardas possuem pele menos retinta, se comparadas com pessoas pretas, e são, frequentemente, fruto de uma ampla miscigenação que caracteriza a população brasileira. Essa miscigenação envolve a combinação de heranças étnicas de brancos, pretos e indígenas, resultando em uma variedade de características físicas. Assim, a identidade parda reflete essa complexa herança cultural e genética.

Além disso, a categorização racial realizada pelo IBGE (2022) é uma tentativa de refletir a diversidade da população brasileira e de reconhecer as diferentes experiências vividas por esses grupos. É uma maneira de dar visibilidade às questões raciais e de promover políticas que combatam o racismo e promovam a igualdade. Portanto, entender as nuances entre ser preto ou pardo, no Brasil, é essencial para compreender a complexa dinâmica racial do país. Essa é uma questão que envolve história, cultura, identidade e a luta contínua por reconhecimento e igualdade. Sobre identidade, Gomes (2005) afirma que:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana (Gomes, 2005, p.41).

Por conseguinte, se vivêssemos em um mundo igualitário e que celebra a diversidade, todos esses termos, conceitos e debates não seriam necessários. Entretanto, como não estamos nessa realidade, essa discussão se torna imprescindível para a fomentação de uma sociedade mais justa: conscientização e educação, combate às desigualdades estruturais e a implementação de políticas que visam a equidade. Santana e Castro (2022, p. 84) enfatizam que “a busca pela equidade precisa fazer parte de um movimento maior”. É evidente a dificuldade em se construir uma sociedade igualitária e idônea no Brasil, diante de muitos fatos históricos que influenciaram o país a perpetuar desigualdades sociais, econômicas e culturais, e que se refletiram nas estruturas de poder,

no acesso a oportunidades e na manutenção de privilégios. Em seguida, será apresentada a metodologia utilizada na construção deste trabalho.

3 Metodologia

9

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica (Lüdke; André, 1986), voltada à análise de produções acadêmicas (dissertações e teses) relacionadas ao ensino de Matemática e às Relações Étnico-Raciais.

Dentre os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, destaca-se a utilização do Mapeamento na Pesquisa Educacional (Biembengut, 2008), como estratégia para a coleta, organização e análise dos dados. Conforme descrito por essa autora, esta é uma metodologia que permeia todos os aspectos da vida cotidiana e acadêmica. Quando estimamos o tempo necessário para nos deslocarmos de casa até a universidade, ou ao planejar uma aula sobre vetores, estamos, na verdade, aplicando o conceito de mapeamento. Essa abordagem metodológica não se limita a situações acadêmicas e se destaca por sua relevância tanto para a pesquisa educacional quanto para o ensino de Matemática.

Para a constituição dos dados desta pesquisa, realizamos uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para captar dissertações e teses que convergem com o tema. Para tanto, foi usada a palavra-chave “Relações Étnico-Raciais” AND “Matemática”, na busca, e os seguintes filtros: período, dos últimos 10 anos, ou seja, de 2016 a 2025; para grande área, escolhemos multidisciplinar; e, área do conhecimento, ensino de ciências e matemática. Com isso, resultaram 13 pesquisas, sendo 12 dissertações e 1 tese.

As pesquisas selecionadas foram lidas com o intuito de compreender as diferentes perspectivas e estruturas trazidas pelas(os) autoras(es). Convém enfatizar que, das 12 dissertações e 1 tese, nove autoras(es) se identificam, em suas pesquisas, como pessoas negras, e 10 foram escritas por mulheres. No Quadro 1, estão dispostas as pesquisas.

Quadro 1 – Pesquisas consideradas para análise no período de 2016 a 2025

10

Dissertações	Título	Autoria	Instituição
D1	Matemática e africanidades brasileiras: narrativas e professores(as) negros(as) sobre o trabalho com Relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar	Ronaldo Tomaz de Andrade Silva	Universidade Federal do Paraná
D2	A formação docente na Licenciatura em Matemática da UFG: a colonização/decolonização do conhecimento no currículo na perspectiva das relações étnico-raciais	Devaneide Barbosa de Sousa	Universidade Federal de Goiás
D3	No escurinho do cinema! Erer e produções cinematográfica em aulas de matemática no ensino médio	Marilene Mendonça de Oliveira	Universidade Federal de Sergipe
D4	Conhecimento Matemático Africano: Jogo Igba-Ita para o ensino e aprendizagem de noções probabilísticas	João Victor da Silva Gabriel	Universidade Federal de Pernambuco
D5	Educação financeira numa perspectiva antirracista: interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra	Tamires Torres da Purificação	Universidade Federal do Rio de Janeiro
D6	A abordagem da Educação Das Relações Étnico-Raciais na Formação de professores de Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química	Monique Albuquerque Ferreira	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
D7	A Cultura Africana e Estudos de Geometria Fractal na Formação de Professores de Matemática	Lucilene Cândido Rocha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
D8	As Relações Étnico-Raciais no ensino de Matemática: um estudo com professores dos anos finais do ensino fundamental	Maria Gabriela de Figueiredo Furtado	Universidade Federal de Pernambuco
D9	Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Matemática: Percepções de professores de Matemática no contexto de uma escola pública do município de Triunfo-Pe	Joseilda Aparecida da Silva Santos	Universidade Federal de Pernambuco
D10	Educação Matemática e Educação para as Relações Étnico-Raciais: Uma revisão sistemática da leitura	Maria Aparecida dos Santos Fineto	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
D11	Educação Matemática Antirracista: um estudo com professores da cidade de Agrestina - PE	José Adelton Cordeiro de Souza	Universidade Federal de Pernambuco
D12	Reflexão educacional em busca da melhoria das relações étnico-raciais no âmbito da Universidade Federal de Alagoas	Júlia Cláudia dos Santos	Universidade Federal de Alagoas
	<i>A duniya só diagni propostas para a descolonização do</i>	Rosiléia	Universidade

Dissertações	Título	Autoria	Instituição
T1	didático no ensino de história, ciências da natureza e matemática no 1º ano do ensino médio: Um sentido para a Origem do mundo e da Vida a partir da Astronomia Dogon	Santana da Silva	Federal da Bahia

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, 2024.

11

Considerando o levantamento de dados, prosseguiu-se para a etapa de classificação e organização dos dados. Segundo Biembengut (2003):

Na medida em que se levanta os dados deve-se procurar organizá-los em tabela, fluxograma, gráfico ou esquema — mapa, de maneira a oferecer um quadro cada vez mais completo dos entes pesquisados. Mesmo que em primeira instância esta ordenação não seja a mais indicada, uma vez que se vai tendo melhor clareza uma outra ordenação, ainda mais adequada, se dá. Um caminho é buscar assinalar entes cujos traços têm alguma semelhança, afinidade ou interação. Essa identificação de traços pode facilitar a compreensão (Biembengut, 2003, p. 8).

Para visualizar essas afinidades, foram seguidos os seguintes critérios: leitura do título, resumo, palavras-chave, introdução e objetivos. Essa análise permitiu identificar aspectos centrais das produções acadêmicas, os quais serão apresentados e discutidos.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da análise das dissertações e da tese selecionadas. O Quadro 2 é apresentado com três colunas. Sejam elas: Dissertações/tese, objetivos (transcrito dos trabalhos originais) e foco da pesquisa. A categorização dos focos da pesquisa está relacionada com a Lei nº 10.639/03 que altera a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Quadro 2 – Objetivos e foco das pesquisas

Dissertações /Tese	Objetivo	Foco da pesquisa
D1	Constituir fontes históricas, tendo como base as entrevistas, conduzidas na perspectiva da metodologia de História Oral Temática e realizadas com três professores (as) negros (as) da disciplina de Matemática que atuam em escolas do Estado do Paraná, bem como de uma autoentrevista.	Educação antirracista

D2	Analisar as percepções dos estudantes que já concluíram o Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Matemática da UFG quanto à formação acadêmica recebida para atuarem na Educação Básica, a partir da perspectiva das relações étnico-raciais.	Educação antirracista
D3	Analisar quais as possibilidades quanto ao uso de produções cinematográficas favorecem a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e a aprendizagem de conteúdos matemáticos em turmas de Ensino Médio.	Educação antirracista
D4	Investigar uma proposta didática por meio do jogo africano Igba-Ita sobre noções probabilísticas com estudantes do 1º ano do Ensino Médio numa perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)	Aprendizagem
D5	Investigar a educação financeira numa perspectiva antirracista, valorizando movimentos (conscientes ou não) de organização financeira de pessoas que foram historicamente subalternizadas, em particular, as pessoas negras.	Educação financeira negra
D6	Analizar a abordagem da temática da educação das relações étnico- raciais na formação docente de egressos dos cursos de licenciatura em ciências biológicas, física, matemática e química do IFSP/SP	Formação docente
D7	Organizar um movimento formativo que pudesse contribuir, conscientemente, para a formação inicial de futuros e futuras professores e professoras de Matemática	Formação docente
D8	Analizar com professores da Educação Básica possíveis articulações entre o ensino de Matemática e a Lei nº 10.639/2003 das relações étnico-raciais	Aprendizagem
D9	Investigar a percepção dos professores de matemática de uma escola sobre a perspectiva de uma educação, nesta disciplina antirracista, articulada à Lei nº 10.639/2003	Educação antirracista
D10	Realizar uma revisão sistemática da literatura (RSL) no contexto da Educação Matemática (EM) que trata da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)	Educação antirracista
D11	Investigar conhecimentos e compreensões de professores que ensinam matemática nas escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade de Agrestina – PE, sobre a perspectiva de uma Educação Matemática Antirracista	Saberes matemáticos africanos e afro-diaspóricos
D12	Realizar um exercício de reflexão crítica sobre práticas racistas no ambiente acadêmico, a partir de vivências da própria autora no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).	Formação docente em Ciências e Matemática
T1	Analizar um Percurso de Estudo e Pesquisa (PEP), que integra a Astronomia Dogon, centrado em propostas didáticas descolonizadas para o ensino de História, Ciências da Natureza e Matemática do 1º Ano do Ensino Médio.	Formação docente

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, 2024.

O Quadro 2 evidencia que as pesquisas mapeadas concentram seus objetivos, predominantemente, na análise e na proposição de práticas pedagógicas, formativas e investigativas relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais no âmbito da Educação Matemática. Nesse contexto, observa-se a recorrência de estudos voltados à

educação antirracista, à formação de professores e à articulação do ensino de Matemática com a Lei nº 10.639/2003, o que indica que tais temáticas vêm sendo assumidas como objetos relevantes de investigação. Além disso, a presença de pesquisas que abordam jogos africanos, produções cinematográficas, saberes africanos e afro-diaspóricos, assim como propostas didáticas descolonizadas, evidencia a diversidade de enfoques teórico-metodológicos mobilizados para o tratamento da temática.

Por sua vez, a análise dos objetivos revela que parte significativa dos trabalhos se dedica à compreensão de percepções, experiências e práticas de professores, licenciandos e estudantes, assim como aos processos de formação inicial e continuada. Tal recorrência sugere que a formação docente e a efetivação da Lei nº 10.639/2003, no ensino de Matemática, permanecem como eixos estruturantes das pesquisas no campo, indicando a necessidade de aprofundamento das discussões e de continuidade dos estudos que contribuam para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Considerando a perspectiva crítica e o compromisso com uma educação antirracista fundamentada na Lei nº 10.639/2003, elaboramos uma categorização das dissertações e da tese, que pode ser visualizada no Quadro 3. Para isso, definimos as seguintes categorias de análise: educação antirracista; currículo escolar e formação docente; valorização da cultura afro-brasileira, reconhecimento da diversidade e promoção dos direitos humanos e da cidadania. Essa classificação evidencia os principais eixos temáticos presentes nas pesquisas, permitindo compreender como cada trabalho dialoga com temas centrais para uma educação antirracista.

4 Resultados e Discussão

Com base nos procedimentos metodológicos escolhidos e na leitura das dissertações e tese selecionadas, o Quadro 3 apresenta a organização dos trabalhos segundo categorias construídas a partir da Lei nº 10.639/2003.

Quadro 3 – Categorias das dissertações e tese

Categorias	Dissertações e tese
Educação antirracista	D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12 e T1
Curriculum escolar/ Formação docente	D1, D2, D5, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12, T1
Valorização da cultura afro-brasileira/ Reconhecimento da diversidade/ Direitos humanos e cidadania	D1, D2, D3, D4, D5, D7, D9, D10, D12

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O Quadro 3 evidencia que a educação antirracista está presente em todas as dissertações e na tese analisada, consolidando-se como o eixo central das pesquisas. Temas como currículo escolar/formação docente aparecem em dez trabalhos, o que reforça sua importância para a efetivação da Lei nº 10.639/2003.

No entanto, a valorização da cultura afro-brasileira/reconhecimento da diversidade/direitos humanos e cidadania é a categoria menos abordada, presente em nove trabalhos, o que representa cerca de 69% das pesquisas. Essa baixa representatividade revela uma lacuna importante na discussão sobre justiça histórica e reconhecimento das violências estruturais enfrentadas pela população negra.

Destacam-se as dissertações D1, D2, D5, D7, D9, D10 e D12 que contemplam as três categorias e se sobressai como referência por explorar, de forma integrada, temas fundamentais, permitindo uma análise mais abrangente das interconexões entre as classificações do Quadro 3.

De modo geral, os dados refletem um compromisso coletivo com a promoção de uma educação antirracista, embora a distribuição desigual das categorias aponte para desafios ainda existentes na ampliação e aprofundamento de determinadas temáticas, especialmente aquelas relacionadas à educação antirracista. Dando continuidade, apresentam-se, a seguir, os resultados e discussões desta pesquisa com base nas categorias.

A análise das dissertações e da tese, com base nas categorias apresentadas no Quadro 3, revela importantes intersecções e distinções no tratamento das relações étnico-raciais na Educação Matemática.

A categoria *educação antirracista*, que se mostra presente em todos os trabalhos, reafirma a centralidade da Lei nº 10.639/2003 como eixo articulador das discussões. As dissertações e a tese assumem diferentes estratégias para abordar o racismo estrutural, o preconceito e a discriminação racial presentes na educação.

Na D1, o autor, por meio da *História Oral*, evidencia a resistência identitária de professores(as) negros(as) e suas práticas pedagógicas. Essa valorização da memória e da trajetória individual é retomada em Souza (2023), D11, ao destacar a escuta sensível como ponto de partida para a formação antirracista.

Já em Gabriel (2022), D4, e Rocha (2023), D7, o enfrentamento ao racismo se dá pela inserção de elementos da cultura afro-diaspórica no ensino de conteúdos específicos, como a probabilidade e a geometria fractal, rompendo com a visão de uma Matemática neutra e universal. Essa proposta de ressignificação epistemológica é aprofundada na tese de Silva (2023), T1, que propõe um currículo pautado na cosmologia Dogon como forma de descolonização da prática docente e da própria estrutura curricular. Nota-se aqui um avanço significativo, pois enquanto as dissertações presentes nessa categoria em sua maioria propõem práticas pontuais ou localizadas, a tese mostra uma transformação sistêmica e transdisciplinar, articulando Matemática, História, Astronomia e Filosofia africana.

Na categoria *currículo escolar/formação docente*, o objetivo se centraliza na urgência de repensar tanto os conteúdos ensinados em sala de aula quanto os modos de formação de professores(as). Dissertações, como as de Sousa (2020), D2, Ferreira (2022), D6, e Furtado (2023), D8, enfatizam a omissão ou o tratamento superficial da temática étnico-racial nos currículos de licenciatura em Matemática, destacando que a formação, nos anos iniciais, ainda reproduz lógicas eurocentradas. Esses trabalhos convergem, ao apontar a necessidade de uma formação docente antirracista e crítica, que

vá além da inserção de conteúdos pontuais e abarque uma compreensão ampla decolonial.

Essa crítica também aparece em Santos (2023a), D9, e Santos (2023b), D12, que discutem os efeitos do racismo institucional e estrutural sobre a atuação docente e a formação de identidades profissionais. A tese de Silva (2023), T1, destaca-se não só por apontar esses problemas, mas também por propor um modelo formativo concreto: o Percurso de Estudo e Pesquisa (PEP), fundamentado na teoria da Atividade de Pesquisa e nas Epistemologias do Sul inspirado na Teoria Antropológica do Didático, como ferramenta para fomentar práticas de ensino que reconheçam, incorporem e valorizem epistemologias negras.

A terceira categoria do Quadro 3 articula aspectos culturais, históricos e políticos na construção de uma Educação Matemática que reconhece a diversidade e combate à desigualdade racial.

Dissertações, como a de Rocha (2023), D7, Purificação (2022), D5, e Gabriel (2022), D4, incorporam saberes e práticas tradicionais de matriz africana como objetos de ensino, reivindicando sua presença no currículo escolar.

Gabriel (2022), D4, ao abordar o jogo Igba-Ita, e Purificação (2022), D5, ao investigar saberes financeiros comunitários, exemplificam como a Matemática pode ser abordada a partir de vivências populares, desafiando a “hegemonia” do eurocentrismo ocidental. A autora, D5, pôde concluir que “[...] há um lugar histórico construído para a inferioridade social das pessoas negras, sustentado pelo racismo estrutural e problemas de desigualdade de renda, de emprego (principalmente empregos formais)” (Purificação, 2022, p. 152). Ao identificar os efeitos dessas dinâmicas, a autora evidencia como determinadas condições históricas colaboram para restringir oportunidades e limitar o acesso a direitos básicos, perpetuando contextos de vulnerabilidade e exclusão.

Rocha (2023), D7, ao trabalhar com fractais presentes em penteados e esculturas africanas, também insere o debate da estética e da ancestralidade no ensino de Geometria. Essas propostas dialogam, diretamente, com a tese de Silva (2023), T1, que valoriza cosmologias africanas como sistemas completos de conhecimento. A diferença

reside no grau de articulação: enquanto as dissertações apontam práticas isoladas de valorização cultural, a tese integra esses elementos em um percurso formativo contínuo e estruturado, baseado na escuta, no diálogo intercultural e na construção coletiva do saber.

Com base nessa análise, bem como o compromisso com uma educação antirracista, fundamentado na Lei nº 10.639/2003 e discutido anteriormente, propomos, a seguir, no Quadro 4, uma nova categorização das dissertações e da tese analisadas. O objetivo é identificar de que forma essas pesquisas dialogam com a área da Matemática. Para essa análise, foram identificadas as seguintes temáticas: educação financeira, jogos, educação matemática e conteúdos matemáticos e suas abordagens.

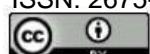
Quadro 4 – Categorias das dissertações e tese

Categorias	Dissertações e tese
Educação financeira	D5
Jogos	D4, D10
Educação matemática	D1, D2, D3, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12, T1
Conteúdos matemáticos e suas abordagens	D1, D2, D3, D4, D5, D6, D7, D8, D9, D11, D12, T1

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

O Quadro 4 busca compreender de que maneira as pesquisas analisadas se relacionam com o campo da Matemática, mantendo o compromisso com uma educação antirracista, conforme previsto na Lei nº 10.639/2003. A nova categorização revela que, embora as temáticas étnico-raciais sejam o foco central dos estudos (como visto no Quadro 3), há um esforço consistente para articular essas questões com conteúdos e práticas específicas da área das Exatas.

A categoria “Educação Matemática” é a mais recorrente, aparecendo em 11 dos 13 trabalhos (dissertações e tese), o que evidencia a intenção das(os) autoras(es) em discutir relações étnico-raciais dentro do campo específico da Matemática, sem tratá-las de forma genérica ou periférica. Isso demonstra que a matemática escolar pode, sim, ser



um espaço potente para o enfrentamento do racismo e para a valorização da cultura afro-brasileira, desde que acompanhada de intencionalidade pedagógica.

A categoria “Conteúdos matemáticos e suas abordagens”, presente em 12 pesquisas, revela uma forte preocupação em revisar e ressignificar os saberes matemáticos trabalhados em sala de aula. Essa categoria aponta, por um lado, para práticas que buscam contextualizar a matemática dentro de referenciais culturais diversos, o que está em sintonia com os objetivos da educação antirracista.

Por outro lado, há categorias mais específicas, como “Educação financeira”, presente na dissertação D5, e “Jogos”, presentes nas dissertações D4 e D10. Isso pode indicar duas coisas: ou tais temáticas ainda são pouco exploradas dentro de uma perspectiva antirracista nas exatas, ou há uma predominância de abordagens mais teóricas e curriculares nas pesquisas analisadas. Em ambos os casos, essas categorias revelam potenciais campos de aprofundamento, especialmente considerando o papel social da educação financeira na luta contra desigualdades estruturais que afetam, majoritariamente, a população negra.

É importante observar que as dissertações D1, D2, D3, D6, D7, D8, D9, D10, D11, D12 e T1 aparecem em múltiplas categorias, o que demonstra a complexidade e a abrangência de suas propostas. Isso reforça a ideia de que a matemática, quando pensada criticamente, pode ser um instrumento de transformação social e promoção da equidade.

A análise do Quadro 4 complementa a do Quadro 3 ao evidenciar que as pesquisas não apenas incorporam a pauta antirracista em termos legais e políticos, mas também buscam integrar esse compromisso dentro do fazer matemático, por meio de conteúdos, metodologias e práticas pedagógicas. No entanto, a presença desigual de certas categorias sugere a necessidade de incentivar a produção de pesquisas que explorem novas possibilidades didáticas e temáticas, como os jogos e a educação financeira, dentro dessa perspectiva.

5 Considerações finais

O presente estudo explorou as Relações Étnico-Raciais dentro do contexto educacional brasileiro, com foco particular na área da Matemática. A análise consistiu em uma exploração dos conteúdos abordados nos trabalhos selecionados, organizando-os, intencionalmente, segundo temáticas identificadas, o que permitiu comparações entre diferentes abordagens. A implementação de políticas, como a Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, representa um passo importante na busca pela equidade educacional e pelo reconhecimento das contribuições históricas de povos marginalizados.

O estudo das dissertações e tese selecionadas evidenciou que a Educação Matemática pode desempenhar um papel crucial na promoção da justiça social, ao integrar perspectivas antirracistas e valorizar a diversidade cultural nas práticas pedagógicas. A utilização de metodologias de mapeamento, conforme proposto por Biembengut (2008), mostrou-se eficaz na identificação e organização das tendências atuais da pesquisa educacional, oferecendo uma visão mais clara das interseções entre raça, educação e matemática.

Além disso, a discussão sobre conceitos fundamentais, como raça, racismo estrutural, branquitude, identidade e preconceito destacou a complexidade dessas questões e a necessidade de abordagens pedagógicas que promovam a conscientização e a transformação social. O reconhecimento de que todos os indivíduos possuem uma identidade única e valiosa é essencial para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Portanto, consideramos que a educação para as Relações Étnico-Raciais não é apenas uma questão de justiça histórica, mas uma necessidade contemporânea para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática e plural. É imperativo que educadores, formuladores de políticas e toda a sociedade se comprometam a enfrentar e desmantelar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial, promovendo uma educação que celebre a diversidade e fomente o respeito e a dignidade para todos. Como indicação para futuras pesquisas, mostra-se pertinente o aprofundamento de estudos que analisem, de modo mais específico, como

as produções acadêmicas têm problematizado e enfrentado a desigualdade racial presente no contexto da educação no Brasil.

Referências

20

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** (Feminismos plurais). São Paulo: Pólen, 2019. 264p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2025.

BIEMBENGUT, Maria Salett. **Mapeamento como princípio metodológico para a pesquisa educacional**. 2003. Disponível em: <https://nilsonjosemachado.net/lca18.pdf> Acesso: em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Lei que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS** (12 de novembro de 2020). Nota Pública em Homenagem a Zumbi dos Palmares. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mocoes-e-notas/2.NotaHomenagemZumbidosPalmaresCNDH1.pdf> Acesso em: 10 ago. 2024.

DAVIS, Angela; Heci Regina Candiani (Tradução). **A liberdade é uma luta constante**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 144p.

FERREIRA, Monique Albuquerque. **A abordagem da educação das relações étnico-raciais na formação de professores**: o caso de licenciaturas em ciências biológicas, física, matemática e química. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13640310 Acesso em: 07 out. 2024

FINETO, Maria Aparecida Dos Santos. **Educação Matemática e Educação para as Relações Étnico Raciais:** uma revisão sistemática da literatura. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, PR, 2023. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31548>. Acesso em: 07 out. 2024.

21
FURTADO, Maria Gabriela de Figueiredo. **As relações étnico-raciais no ensino de matemática:** um estudo com professores dos anos finais do Ensino Fundamental. Tese de Mestrado/Bacharelado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Cornélio Procópio e Londrina. Londrina, PR, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49254>. Acesso em: 07 out. 2024.

GABRIEL, João Victor da Silva. **Conhecimento matemático africano:** jogo Igba-Ita para o ensino e aprendizagem de noções probabilísticas. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) — Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru. Caruaru, PE, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49445?mode=full>. Acesso em: 07 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal, 10639(03), p.39-62, 2005. Disponível em: <https://abpn.org.br/biblioteca-abpn/alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes-raciais-no-brasil-uma-breve-discussao/>. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE. Cor ou raça. **Educa**, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 14 dez. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019. 249p.

LÜDKE, Menga, & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, SP: E.P.U. 1986. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/4191/M_todos_de_coleta_de_dados__observa_o_entrevista_e_an_lise_documental_1668975327614_4191.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

OLIVEIRA, Marilene Mendonça de. **No escurinho do cinema!** ERER e produções cinematográficas em aulas de matemática no ensino médio. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14672>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PALAZZI, Thatyana Flávia Ferreira. **Cartilha: Para Não Continuar Usando Termos Racistas.** 19f. Monografia (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena) - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, MG, 2023. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/5722>. Acesso em: 14 dez. 2025.

22

PURIFICAÇÃO, Tamires Torres da. **Educação financeira numa perspectiva antirracista:** interpelando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Matemática, Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <https://pemat.im.ufrj.br/producao-cientifica/dissertacoes/103-2022/371-entre-cantos-e-contragolpes-os-saberes-da-capoeira-nas-aulas-de-matematica-2>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ROCHA, Lucilene Cândido. **A Cultura Africana e Estudos de Geometria Fractal na Formação de Professores de Matemática.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP. São Paulo, SP, 2023. Disponível em: https://novospo.spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/POS_GRADUA%C3%87%C3%83O/MESTRADO/Ensino_de_Ci%C3%AAncias_e_Matem%C3%A1tica/Dissertacoes/2023/Lucilene_Candido_Rocha_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_2023.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos Santos; CASTRO, Juscileide Braga de. Equidade e Educação Matemática: experiências e reflexões. **Com a Palavra, o Professor**, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 79–98, 2022. DOI: 10.23864/cpp.v7i17.779. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/article/view/779>. Acesso em: 14 dez. 2025.

SANTOS, Sales Augustos dos. **Ação afirmativa ou a utopia possível:** O perfil dos professores e dos pós-graduandos e a opinião destes sobre ações afirmativas para os negros ingressarem nos cursos de graduação da UnB (Relatório Final de Pesquisa). ANPEd/2º Concurso Negro e Educação., 2002. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeprivado/article/download/2549/2146/9122>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, Joseilda Aparecida da Silva. **Educação das relações étnico-raciais no ensino de matemática:** percepções de professores de matemática no contexto de uma escola pública do município de Triunfo-PE. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) — Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru. Caruaru, PE, 2023a. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/52110>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, Julia Claudia dos. **Reflexão educacional em busca da melhoria das relações étnico-raciais no âmbito da Universidade Federal de Alagoas.** 2024. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12887>. Acesso em: 28 nov. 2024.

23

SILVA, Ronaldo Tomaz de Andrade. **Matemática e africanidades brasileiras:** narrativas de professores(as) negros(as) sobre o trabalho com relações étnico- raciais no cotidiano escolar. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/47145>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SILVA, Rosiléia da Santana. **A Duniya Sò Diagni:** Propostas para a descolonização do didático no ensino de História, Ciências da Natureza e Matemática no 1º ano do Ensino Médio: Um sentido para a origem do mundo e da vida a partir da Astronomia Dogon. Tese (Doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37352>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SOUZA, Devaneide Barbosa de. **A formação docente na Licenciatura em Matemática da UFG:** a colonização/decolonização do conhecimento no currículo na perspectiva das relações étnico-raciais. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/fe08af98-59b1-407c-adea-e1c08306bca5>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SOUZA, José Adelton Cordeiro de. **Educação Matemática Antirracista:** um estudo com professores da cidade de Agrestina – PE. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/54214?locale=en>. Acesso em: 28 nov. 2024.

XAVIER, Mariana Nô. **As relações étnico-raciais na formação inicial de professores do curso de Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Santa Cruz.** Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. Ilhéus, BA, 2023. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/pergamonweb/vinculos/202110794D.pdf> Acesso em: 28 nov. 2024

¹ Bruno Rocha Lopes, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3839-4602>

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Licenciando em Matemática na UEFS.

Contribuição de autoria: curadoria de dados, primeira redação, revisão e edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3266199812518270>.

E-mail: Brunorochalopes10@gmail.com

ii **Kuan Rebouças Gomes Goncalves**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9555-3481>

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Licenciando em Matemática na UEFS.

Contribuição de autoria: curadoria de dados, primeira redação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1741121597784474>.

E-mail: kauankgomes46@gmail.com

24

iii **Wériton de Souza Lôbo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0243-8319>

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG.ECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática, Estatística e Ciências (GPEMEC).

Contribuição de autoria: administração do projeto, análise formal, revisão e edição, supervisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3430308434058450>.

E-mail: wslobo@uefs.br.

Editora responsável: Genifer Andrade.

Especialista ad hoc: Juliana Maria Sampaio Furlani e Neide de Almeida Lança Galvão Favarro.

Como citar este artigo (ABNT):

LOPES, Bruno Rocha; GONCALVES, Kuan Rebouças Gomes; LÔBO, Wériton de Souza. A educação antirracista e as relações étnico-raciais: contribuições para a área de matemática. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, e16014, 2026. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/16014>

Recebido em 7 de agosto de 2025.

Aceito em 18 de dezembro de 2025.

Publicado em 13 de janeiro de 2026.